

APRESENTAÇÃO



<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i257.4538>

Estimados(as) leitores(as),

É com alegria que iniciamos mais um ano de publicação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), o mais antigo periódico educacional em circulação em nosso País. Tendo atravessado os mais diversos contextos sociais, políticos e econômicos, esta revista vem, há mais de 75 anos, cumprindo importante papel na socialização da produção científica sobre a educação, disseminando conhecimento nacional e internacional sobre a temática. De órgão técnico de informação do então Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, quando da tiragem do primeiro número, atualmente a RBEP é uma revista de divulgação científica aberta à pluralidade acadêmica, estando entre as mais respeitadas da área (faz parte do estrato A em Educação e Ensino na avaliação Qualis periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes), fazendo-se presente nas principais bases de indexação de periódicos e sendo distribuída tanto em formato digital quanto impresso. O trabalho da editoria científica em parceria com a editoria executiva, visando manter a revista sempre atualizada nos mais recentes padrões éticos e científicos, somado à acolhida e ao interesse crescente dos(as) pesquisadores(as), seja na condição de leitores(as), avaliadores(as) ou autores(as), são prenúncio, sem dúvida, de que outro quarto de século nos aguarda e contará com a contribuição do periódico para realizar o necessário debate educacional.

Este número 257 da RBEP é composto por 11 estudos e um relato de pesquisa. Ao todo são 28 autores – sendo quatro de instituições portuguesas – os responsáveis pelos artigos ora difundidos, abarcando

temas ligados aos campos do ensino e aprendizagem, da gestão e avaliação da educação, da formação de professores, da história da educação, da filosofia da educação e da educação infantil.

No campo do ensino e aprendizagem, o artigo que abre esta edição, “Os cursos *on-line* abertos e massivos (Mooc) como ambientes heurísticos”, de Nikoletta Agonács e João Filipe Matos, da Universidade de Lisboa, tem por objetivo o mapeamento da literatura sobre os dois campos de investigação, os Mooc e a heurística, com a finalidade de proporcionar uma compreensão do potencial da teoria heurística – teoria da aprendizagem emergente – para o desenho de um Mooc. Os resultados alcançados no estudo elencam alguns hiatos e desafios, como a necessidade de análise mais profunda da aplicação da teoria heurística e uma maior preparação dos aprendentes dos Mooc para a utilização de um ambiente de aprendizagem heurístico.

Na sequência, Kleyfton Soares da Silva e Laerte Silva da Fonseca, do Instituto Federal Goiano e do Instituto Federal de Sergipe, no artigo “Bases neuroeducativas do papel das ilustrações: uma proposta de análise de livro didático”, reconhecendo a importância das ilustrações nos processos de ensino e aprendizagem, propõem-se a construir uma ficha de análise com base em princípios de aprendizagem que consideram o funcionamento cognitivo relativo à atenção e à memória. Tal ficha, concluem os autores, mostrou-se funcional, tendo possibilidade de ser aplicada em diversos contextos.

O terceiro artigo, “O ensino de análise linguística por estagiários da licenciatura em Letras”, é da lavra de Lívia Suassuna, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Desenvolvido a partir de dados extraídos de um relatório de estágio numa turma de 9º ano de uma escola pública do Pernambuco, tem por objetivo discutir a maneira como estagiários do curso de licenciatura em Letras-Português da UFPE entendem as novas orientações para o ensino de gramática/análise linguística e buscam colocá-las em prática durante o estágio curricular de regência da turma. Segundo a autora, os resultados indicaram a presença de elementos inovadores na prática das estagiárias, como a vinculação do estudo gramatical a situações interativas autênticas e o uso da indução como estratégia didática favorecedora da reflexão sobre o funcionamento da língua.

Deslocando-nos para o campo da gestão e avaliação da educação, o quarto artigo deste número, de Cristina Fioreze, da Universidade de Passo Fundo, tem por título “A gestão das IES privadas sem fins lucrativos diante dos tensionamentos da mercantilização da educação superior e o caso das universidades comunitárias regionais: a caminho do hibridismo?”. Fazendo estudo de campo de um segmento de instituições privadas sem fins lucrativos – as universidades comunitárias regionais do Rio Grande do Sul – e problematizando a tensão surgida do crescimento intenso das instituições de ensino superior com fins lucrativos que tem levado as tradicionais instituições gaúchas a comportamentos de mercado, o artigo analisa as mudanças no modelo de gestão das universidades comunitárias diante desse novo contexto e considera em que medida ainda há espaço para o princípio da colegialidade. Conclui, entre outros pontos, haver

potencial para acomodação de um modelo híbrido, capaz de equilibrar a aproximação ao mercado com a preservação dos valores da educação superior como bem público.

O artigo seguinte é da autoria de João Luiz da Costa Barros, Márcia Zendron de Campos, Denilson de Castro Teixeira e Breno Guilherme de Araujo Tinoco Cabral, afiliados, respectivamente, à Universidade Federal do Amazonas, à Universidade Paulista, à Universidade Estadual de Londrina e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Em “Reflexões sobre o nível de conhecimentos específicos dos estudantes de licenciatura em Educação Física no Enade 2014”, os autores, retomando achados publicados no *Relatório de Área da Educação Física do Enade* daquele ano, discutem a qualidade da formação dos licenciandos com foco no desempenho dos alunos nos itens do componente específico. Os resultados da pesquisa – que segundo os autores suscitam inquietações sobre o valor da formação inicial e a atuação do profissional docente – indicaram que, de modo geral, os estudantes apresentaram baixo desempenho no componente de formação específica, sobretudo nas questões discursivas, o que foi similar em todas as regiões brasileiras.

O sexto artigo, “Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais”, é assinado por Matheus Monteiro Nascimento, Cláudio José de Holanda Cavalcanti e Fernanda Ostermann, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tomando por base informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e valendo-se de diferentes métodos estatísticos, os autores analisaram os efeitos dessa política na qualificação da educação básica pública. Os resultados alcançados sugerem – a partir de pontos específicos abordados no artigo, como o bom desempenho dos alunos dessas instituições nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – que os institutos federais vêm desempenhando um importante papel social em nosso País ao longo da primeira década de sua existência.

Focando-se no campo da formação de professores, o artigo “Formação inicial de professores de Física no Brasil e em Portugal: uma análise comparativa dos modelos de formação”, escrito por António Francisco Cachapuz, Alexandre Shigunov Neto e André Coelho da Silva, da Universidade de Aveiro e do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de São Paulo, tendo por base referencial os ciclos de contextos de Stephen Ball, objetiva contribuir para a reflexão crítica sobre singularidades, similaridades e diferenças dos modelos de formação inicial de professores de Física no Brasil e em Portugal, investindo na sua compreensão com um sentido não normativo e não prescritivo. Segundo os autores, em ambos os casos, emerge uma visão economicista da educação.

O oitavo artigo desta edição, “Entre pesquisa e docência: notas sobre o projeto formativo *stricto sensu* em Educação Física”, de Fabiane Castilho Teixeira, Juliano de Souza, Caroline Broch e Ieda Parra Barbosa-Rinaldi, do Centro Universitário de Maringá e da Universidade Estadual de Maringá, volta-se para outro nível de formação docente. Tomando como campo

empírico de estudo os programas de pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Estadual de Maringá, elege como objetivo central analisar seus projetos de formação. Segundo os autores, a investigação evidenciou dois projetos: um que situa a pesquisa como elemento valorativo, outro que prestigia a docência, o que os levou a concluir que uma perspectiva de conciliação das duas lógicas pode favorecer o processo formativo daquele domínio científico.

No campo da história da educação, contamos com o artigo "A serviço da Medicina: origem da disciplina de Química no Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra (1771)", de Ademir Valdir dos Santos e Renato da Silva Custódio, da Universidade Federal de Santa Catarina. Nele, o objetivo é contribuir para a discussão sobre a origem da disciplina de Química e sua institucionalização no campo educacional. Submetendo o documento *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* a uma metodologia da análise do discurso, os autores puderam concluir que na origem dessa disciplina se encontra sua importância para os estudos superiores de Medicina, o que revela uma das finalidades que presidiram sua institucionalização no campo educacional.

Situado no campo da filosofia da educação, temos o décimo artigo da edição, intitulado "Sobre uma *práxis interdisciplinar*: aproximações e proposições conceituais", redigido por Luiza Olivia Lacerda Ramos e Rosilda Arruda Ferreira, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O artigo se propõe a levantar novas possibilidades para o debate teórico-metodológico da interdisciplinaridade. Com base em uma pesquisa teórica, ao mesmo tempo que analisa criticamente as abordagens epistemológicas, pragmáticas e atitudinais da interdisciplinaridade, apresenta reflexões anunciando elementos constitutivos do que as autoras nominam de *práxis interdisciplinar*.

Na seara da educação infantil, Eliane Dominico, Aliandra Cristina Mesomo Lira, Heloisa Toshie Irie Saito e Solange Franci Raimundo Yaegashi, da Universidade Estadual do Centro-Oeste e da Universidade Estadual de Maringá, oferecem-nos o estudo "Práticas pedagógicas na educação infantil: o currículo como instrumento de governo dos pequenos". O texto discute as práticas pedagógicas nessa etapa de ensino, problematiza o currículo a partir de sua efetivação e pondera em que medida os encaminhamentos metodológicos conduzem à participação significativa das crianças. Concluem as autoras que as práticas docentes tendem a privilegiar atividades de controle e direção das crianças, com pouco espaço para o exercício e para a construção da autonomia infantil, configurando-se estratégias de governo dessa população.

Por fim, retornando ao campo do ensino e aprendizagem, este número da RBEP é encerrado, na seção Relatos de Experiência, com o texto "Ensino e aprendizagem da prática baseada em evidências nos cursos de Enfermagem e Medicina", assinado por Lucimare Ferraz, Luana Roberta Schneider, Rui Pedro Gomes Pereira e Altamiro Manuel Rodrigues Costa Pereira, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, da Universidade do Minho e da Universidade do Porto. Os autores elegem como objetivo

apresentar o relato de uma experiência pedagógica de desenvolvimento dos três elementos da prática baseada em evidências (evidência científica, experiência clínica e escolha do paciente). Realizando o trabalho com estudantes dos cursos de Medicina e Enfermagem de duas universidades, os resultados demonstraram que essa ação apresentou elevado potencial para motivar uma postura mais ativa dos alunos diante da aquisição de conhecimentos aliada a uma aproximação com o contexto dos serviços em saúde.

Ao concluir a apresentação, resta-nos convidar à leitura desse conjunto de pesquisas científicas e desejar um ano produtivo a todos(as) os(as) leitores(as).

Editoria Científica

